

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ARTICULAÇÃO ENTRE EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”, POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITÓRIO

*PROFESSIONAL TRAINING IN SOCIAL WORK: LINK BETWEEN EXPRESSIONS
OF “SOCIAL QUESTION”, SOCIAL POLICIES AND TERRITORY*

Edna Maria Goulart Joazeiro¹

Duarcides Ferreira Mariosa²

RESUMO

O artigo, de maneira reflexiva, apoiado na bibliografia sobre o tema e na experiência docente no ensino superior, aponta para a diversidade de elementos que concorrem para que, tanto no âmbito da formação, quanto na esfera da intervenção do Serviço Social, as vivências e experiências de estudantes estagiários em campo de estágio, sejam acompanhadas de uma leitura crítica com vistas à intervenção pertinente que busque, antes de tudo, compreender os nexos e os sentidos das relações sociais materializadas no território. A discussão é apresentada em três partes. No primeiro momento, discute-se o território como espaço de relações, portanto, além de seus limites puramente espaciais, naturais ou geográficos. Em seguida, aponta-se para alguns dos elementos contraditórios que emergem quando o território vivido separa ou é separado do território administrativo-legal. Por fim, discute-se como o processo da busca de compreensão do território impacta no processo de formação e, portanto, está intimamente relacionado ao processo de intervenção no campo do Serviço Social. Conclui-se afirmando que a complexidade que envolve a realidade social está presente de modo inelutável nas demandas da atualidade; e que esse encontro com fragilidades e potências explicitam as riquezas do processo formativo *da e na* profissão na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional. Supervisão educacional. Política Social. Serviço Social. Território.

ABSTRACT

The article, in reflective way, supported in the literature on the subject and teaching experience in higher education, points to the diversity of elements that contributes to that, both in the field of training, as in the sphere of intervention of Social Work, the personal experiences of student interns in training field, are accompanied by a critical reading with a view to appropriate intervention that seeks, above all, understand the connections and meanings of social relations materialized in the territory. The discussion is presented in three parts. At first, we discuss the territory how space of relationships, so in addition to its purely spatial, natural or geographic boundaries. Then it points to some of the contradictory elements that emerge when the territory lived separates or is separate from the administrative-legal territory. Finally, it discusses how the process of seeking understanding of the territory impacts the training process and therefore closely related to the intervention process in social work field. We conclude stating that the complexity involving the social reality is present in the current demands, on an unavoidable

¹ Assistente Social e Socióloga, mestre e doutora em Educação pela UNICAMP, Pós-doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo. Docente da graduação em Serviço Social da PUC Campinas. Supervisora Titular dos Programas de Aprimoramento Profissional *Serviço Social, Saúde e Violência* e *Serviço Social em Pediatria* da FCM/ UNICAMP. E-mail: emgoulart@uol.com.br. Telefone: 55 19 32433150.

² Cientista Social, mestre e doutor em Sociologia pela UNICAMP. Docente e Integrador Acadêmico de Graduação da PUC Campinas. E-mail: duarcides@gmail.com. Telefone: 55 19 38523369.
Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

way; and that this meeting with weaknesses and strengths explains the riches **of and in** professional training process in contemporary time.

KEYWORDS: Professional training. Educational supervision. Social policy. Social Work. Territory.

Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, do seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode-se abrir cada vez mais para o desconhecido, à medida que mergulha no desconhecido. [...] À medida que viaja, o viajante se desenraiza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similitudes [...] no curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte não é nunca aquele que regressa (IANNI, 2003, p. 30-31).

INTRODUÇÃO

No Brasil, o assistente social é um profissional de nível superior, cuja formação tem natureza teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa. A profissão tem caráter eminentemente interventivo, não obstante, seja também área de conhecimento com amplo reconhecimento de agências de fomento nacionais e internacionais. Em virtude de a intervenção dar-se na vida e na história, o processo de intervenção na realidade pressupõe a intrínseca relação entre o *corpus* de conhecimento da profissão e sua articulação com os saberes híbridos presentes na vida do ser social, que são marcados tanto pela historicidade, quanto pelas políticas sociais e pela [re]configuração **do e no** território. Nesta perspectiva, a compreensão das múltiplas dimensões da realidade social pressupõe a necessidade de uma leitura na perspectiva de totalidade. Essa perspectiva analítica requer a capacidade de compreender o território (SANTOS, 2006; KOGA, 2011) em suas múltiplas dimensões, posto que a intervenção na realidade social nunca está dada *a priori*, ela é tecida na relação do ser social inserido numa temporalidade particular, a do tempo presente, cuja tessitura precisa ser compreendida na sua relação com a dinâmica sócio-histórica.

Martinelli (2011) afirma que no campo específico da intervenção profissional do assistente social, “só podemos atingir novos patamares no campo dos direitos sociais se

estivermos firmemente posicionados em nosso projeto ético-político de profissão, articulando-nos a movimentos mais gerais da sociedade brasileira” (*ibid.*, p. 10). Nessa perspectiva, a autora assinala que no processo de intervenção junto à população usuária torna-se indispensável que o assistente social realize o seu trabalho de buscar “o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, através da intersetorialidade das políticas e da garantia de acesso à renda, por meio do trabalho, pois esta é a fundamental mediação humana” (*ibid.*, p. 10).

A intervenção profissional no Serviço Social se materializa na relação entre “sujeitos” que vivem em sociedade, ou seja, ela se realiza numa relação entre homens e mulheres concretos, numa relação histórica em processo de tessitura. Martinelli (2002) afirma que no âmbito da intervenção torna-se “imperioso reconhecer que o Serviço Social contemporâneo transita pelos meandros do público, do privado e do íntimo”, uma vez que “as questões que nos são trazidas para o enfrentamento estão relacionadas ao campo da intimidade, dos desejos, dos sentimentos, dos valores, com profundas implicações macrossociais” (*ibid.*, p. 6).

Elias (1994) busca entender a história numa perspectiva não linear, para pensar as relações entre indivíduo e sociedade pautadas no entendimento de que a sociedade se institui e se organiza baseada em relações de interdependência e de interpenetração. Assinala Elias (1994) que, ao falar de sociedade, evoca-se “a idéia de alguma coisa completa em si, de uma formação com contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível” (*ibid.*, p. 57). Contudo as sociedades não tem essa forma perceptível, ao contrário, elas “não possuem estruturas passíveis de serem vistas, ouvidas ou diretamente tocadas no espaço. Consideradas como totalidade, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro” (*ibid.*, p. 20).

No processo de formação do Serviço Social, o estágio supervisionado tem centralidade à medida que ele se propõe a permitir ao estudante uma aproximação com o objeto da intervenção *do* e *no* Serviço Social. Essa centralidade ao longo do processo de formação se justifica em virtude do objetivo precípua do estágio, ou seja, de se constituir num espaço que visa capacitar o estudante para o exercício do trabalho profissional e, para tanto, demanda a existência de supervisão sistemática tanto na unidade de ensino, quanto no campo de estágio (ABEPSS, CEDEPSS, 1996; CFESS, 2008). Nesse encontro com a realidade concreta, o estudante se depara com o desafio de

realizar uma atividade que nasce da articulação dos saberes disciplinares da profissão, em face de vários saberes e dos saberes da experiência, na confluência entre o mundo do trabalho e o da educação (JOAZEIRO, 2002, 2008, 2012).

No processo de intervenção do assistente social, nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde o profissional realiza o *seu* trabalho, está presente de forma continuada o desafio de intervir junto às populações submetidas às múltiplas expressões da “questão social”³ (IAMAMOTO, 2007, p. 27-28). Muitas vezes, nesse espaço de trabalho, onde se realiza a intervenção dá-se, ao mesmo tempo, a experiência de estágio do estudante de Serviço Social, ou seja, realiza-se uma etapa indispensável do processo de formação do estudante. A intervenção e a preocupação com a formação do aluno requer de ambos os protagonistas da atividade, ou seja, requer do profissional e do estudante o desafio de aprender a ser capaz de “figurar na mente *sua* construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2002, p. 211, destaques dos autores) e caberá ao assistente social supervisor ser capaz de colocar em palavras o “‘*seu*’ figurar na mente” ao longo do processo de orientação e de supervisão direta. Trata-se da dificuldade e da opacidade presente no processo de constituir no pensamento uma análise e de efetuar ponderações acerca da realidade concreta. Esse processo é marcado por uma grande invisibilidade e opacidade.

No espaço do trabalho do assistente social, é indispensável efetivar micro escolhas para tornar possível compreender e gerir as múltiplas dimensões presentes no universo social com vistas a construir nexos entre a tomada de decisão e a gestão de situações envolvidas nas interfaces presentes na intervenção do assistente social e do estudante em formação. Essa invisibilidade remete à opacidade presente no processo de organizar os diversos aspectos da realidade social, posto que essa organização dá-se com o objetivo de compreender a articulação entre as múltiplas dimensões observadas em cada situação. A compreensão da situação e a tomada de decisão para a intervenção

³ Castel (2003, p. 30) assinala que o termo “questão social” foi utilizado, pela primeira vez, em 1830, para referir-se à consciência da existência de populações que são, segundo o autor, agentes e vítimas da revolução industrial. Destaque-se que o uso de aspas na expressão questão social no decorrer do texto deve-se ao caráter multifacetado deste fenômeno e à impossibilidade de circunscrevê-lo e de delimitar suas formas de manifestação no decorrer da História. José Paulo Netto (2001, p. 45) utiliza aspas por estar de acordo com o que denomina de pensamento revolucionário que “passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador”. Para um aprofundamento do debate sobre a “questão social” no âmbito do Serviço Social sugere-se a leitura da Revista **Temporalis**, 2001, II, (3): 9–62.

propriamente dita requer do protagonista da atividade de “intervir na realidade” que compreenda os aspectos inerentes à trama da vida de uma pessoa ou de um coletivo, cuja história está inserida num tempo histórico e social, fato que exige de *quem* intervém a capacidade de apreender as relações de interpenetração e interdependência recíprocas presentes na realidade social.

Assim, “aprender a intervir” implica no desenvolvimento de capacidades analíticas e propositivas para colocar em movimento uma relação intensa e continuada «entre saberes». Ou seja, demanda colocar em movimento saberes nascidos da experiência, num espaço social marcado pela ampliação da desigualdade social, pela redução do compromisso do Estado com o financiamento das polícias sociais, pela ampliação da presença da violência no seio da sociedade, pelo enfraquecimento das redes de sociabilidade e do sentimento de pertencimento social, com marcante presença da fragilidade dos suportes de proximidade (CASTEL, 2003, p. 24).

Nesse cenário intervir na vida de pessoas ou de coletivos pressupõe a capacidade de transitar entre a dimensão micro e a macrosocial, e fazê-lo pautado numa rigorosa análise de conjuntura (SOUZA, 1984, p. 9-18), uma vez que a intervenção pressupõe e requer intervir na dinâmica social do presente, sem perder de vista o contexto histórico e o futuro a construir.

A análise de conjuntura é uma tarefa complexa, difícil que exige não somente conhecimento detalhado de todos os **elementos julgados importantes e disponíveis** de uma situação determinada, como exige também um **tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências** a partir dos dados e das informações (SOUZA, 1984, p. 8, destaques dos autores).

Esse conjunto de conhecimentos a ser apreendido a partir da realidade concreta, pressupõe ainda, que essa apreensão seja realizada num curtíssimo espaço de tempo, fato que exige do protagonista da atividade do Serviço Social, ser capaz de ler o instante, o kairós⁴ (TRÉDÉ, p. 15), ou seja, que construa um ponto de vista no tempo do aqui-agora. Segundo essa autora, o kairós se dá num “devir flutuante, sempre em movimento, [no qual cada um] se propõe a reconhecer lugares, meios, os momentos

⁴ Assinala Trédé, que “o *kairós* aparece [...] como o ponto de junção dialético de duas durações: a longa maturação do passado e o aparecimento da crise que exige rapidez, a acuidade de um golpe de vista voltado para o futuro [...] Porque o *kairós* é fugidio, imprevisível, irreversível”. Cf. TRÉDÉ, M. Introducion. In: *Kairós l' à propos et l' occasion: le mot et la notion, d'Homère, à la fin du IV^e Siècle avant J.C*, p. 19.

oportunos, e este conhecimento torna-se a chave de uma ação eficaz” (*ibid.*, p. 19). Acrescenta-se aos aspectos já arrolados, uma característica fundamental da intervenção no âmbito do Serviço Social, o fato de que a tomada de decisão tende a ser feita em relações de trabalho interdependente entre as diversas profissões, marcada pelas normas e critérios de inclusão e de exclusão das diversas políticas sociais em vigor ou em processo de constituição.

Yazbek (2009) assinala que,

[...] o trabalho do assistente social está profundamente condicionado pela trama das relações vigentes na sociedade e, sem dúvida, o atual cenário do desenvolvimento capitalista coloca para o Serviço Social contemporâneo novas demandas e competências, quer no nível de conhecimentos, quer no plano concreto da intervenção e negociação política no âmbito das Políticas Sociais (*ibid.*, p. 139).

Nesta perspectiva, é importante destacar que a vida do ser social está profundamente marcada pela categoria necessidade humana que requer o acesso às diversas políticas sociais. Contudo, para que o estudante aprenda a intervir tendo em vista buscar viabilizar o acesso da população a essas políticas, requer do estudante a compreensão dos critérios de inserção e de exclusão destas políticas, além de ser capaz de entender os temas e as questões tratadas no âmbito destas políticas sociais, bem como sua concepção, seu planejamento e a gestão dos resultados esperados, uma vez que todas estas dimensões têm no território seu destino, sua concretude e sua materialidade (KOGA, 2011).

TERRITÓRIO: ESPAÇO E RELAÇÕES

Afirma Koga (2011, p.33) que o território é o chão concreto das políticas sociais. Na efetivação das políticas sociais observa-se que gestores, usuários e beneficiários das ações ocupam um espaço próprio, onde mantêm relações profundamente marcadas pela estrutura econômica, política, social, ambiental e cultural particulares de um tempo, resultado da historicidade, das lutas, das conquistas e dos contrastes das forças sociais que o configuram. Essa dinâmica social, conformada pelos múltiplos interesses em conflito, coloca limites e obstáculos à própria concepção de território e de suas múltiplas e recíprocas relações. Há uma dinamicidade entre

território, expressões da “questão social” e política social que se faz presente na esfera da sociedade.

As disparidades e as desigualdades entre territórios advêm de fatores como o resultado da aplicação fragmentada de dispositivos legais e constitucionais, práticas do mercado capitalista, políticas públicas e sociais insuficientes e/ou equivocadas e até mesmo recursos e valores simbólicos socialmente diferenciados (BRITO; SOUZA, 2005). É neste contexto e, sob essa perspectiva, que o processo de hierarquização dos territórios também dá origem a iguais processos de marginalização de populações humanas que os ocupam, frequentam ou habitam. Pereira (2012) ao refletir sobre o Estado e suas formas de regulação social assinala a importância de se “colocar na agenda intelectual e política da atualidade um tema clássico das ciências sociais: o das relações (recíprocas e antagônicas ao mesmo tempo) entre Estado e sociedade civil” (*ibid.*, p. 27).

Na sociedade moderna, a hierarquização territorial é profundamente marcada pelos ditames da sociedade capitalista. Em geral, quando certas configurações espaciais deixam de oferecer atrativos suficientes e interessantes, quer seja para os investidores e para aqueles que alocam recursos e capitais, quer seja para os formuladores e gestores das políticas sociais, estes territórios deixam de ser prioritários e/ou relevantes. Assim, no desenrolar histórico e no embate das forças econômicas e de seus entrelaçamentos e determinações sociais, políticas e culturais costumam surgir espaços limítrofes, territórios de transição ou apenas pontos de passagem de um modelo de ocupação territorial a outro, perspectiva esta que marginaliza ainda mais.

O território sobre o qual incidem as políticas públicas não é um “mero designativo para um espaço qualquer” (GOULART, 2010, p. 389), ele se constitui num espaço socialmente construído, resultado da interveniência de fatores e variáveis locais e globais ao mesmo tempo, e que admite em seus limites a múltipla existência de indivíduos, comunidades, atores e sujeitos; variadas ideologias e formas de interação; pluralidades cultural e econômica (FARIA, 2014).

O território é antes uma relação percebida e praticada socialmente por todos e cada um dos elementos, indivíduos e grupos, que o compõe (RAFFESTIN, 1993). Ainda que de caráter estrutural, possui um componente fortemente simbólico, mediado por elementos econômicos, políticos, culturais e sociais que ressignificam os componentes concretos da ordem geográfica e social. Sua existência decorre do Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

acúmulo das vivências e de experiências de cada um dos sujeitos, de cada um dos grupos, de cada uma das forças que atuam no espaço natural, cultural, político e social.

A estrutura social deve ser entendida como condição e resultado da ação, tanto pode se dar na direção de possibilitar, quanto na de constranger a intervenção dos atores (GIDDENS, 2009). Enquanto indivíduos, grupos ou categorias sociais as experiências vividas na sociedade dependem, ou ao menos são proporcionadas, pela posição que se ocupa na estrutura ou rede de interações sociais. Sem menosprezar a força dos elementos exógenos, sem os quais a vida social não faria sentido. Nesta perspectiva, há que se destacar ainda a importância, das interações que se realizam no interior de microcosmos sociais, como as situações de vizinhança, trabalho, convívio social e na família estendida (BOURDIEU, 1999).

Embora também o constitua, a condição macrossocial não é imediatamente percebida pelos indivíduos e grupos no território. Em espaços sociais multifacetados por interesses de classe, grupos étnicos, religiosos, ambientais ou geracionais, trajetórias individuais podem se modificar em razão de conflito com tais interesses. A existência de liames, por sua vez, fortalece a identidade comunitária e o engajamento em situações concretas de participação na formulação de políticas públicas e na demanda por direitos de cidadania (GUILHERME, 2012).

O território é um espaço que se constrói socialmente, premissa e resultado de forças histórico-sociais e ambientais que individualizam as comunidades, dando-lhes sua identidade e servindo de suporte para sua constante construção e transformação (SANTOS, 1985).

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E TERRITÓRIO

A dimensão territorial é multifacetada e as formas de observá-lo também o são. Do ponto de vista biológico, vital, todo organismo precisa de um local, um espaço, uma casa para viver e o homem constitui um exemplo claro dessa necessidade. A ideia de pertencimento, propriedade ou exclusividade territorial que as sociedades humanas cultivam é de certa forma, ilusória. Um mesmo espaço de terra é ambiente para a vida de inúmeros organismos que competem entre si pelos recursos que esse espaço disponibiliza ou possui. Além disso, no território ocorrem fenômenos climáticos,

geológicos e outros típicos do ambiente natural que associados às intercorrências das atividades biológica e social, produzem uma inesgotável rede de relações. Espí (2010) assinala que na abordagem relacional que propõe, a lógica territorial se inverte frente à “ideia ocidental e contemporânea de que o *território nos pertence*” que, segundo o autor “também devemos considerar o seu contrário, que somos nós que *pertencemos ao território*” (*ibid.*, p. 2). Concretamente, não há como separar o homem e as comunidades humanas de seu ambiente de vida e de relações, ou seja, de seu território. E isto pode ser observado no trabalho cotidiano dos profissionais do Serviço Social.

Analisando a dinâmica histórico-social que se situa no território, pode-se considerar a presença de três dimensões ou características do *habitat* e da intervenção humana no espaço: o poder, a legitimidade e a responsabilidade (BOBBIO, 2007, p. 82, 86 e 93). As políticas públicas e, dentre estas, as políticas sociais, têm sua origem no Estado. Nos estudos da Ciência Política (BOBBIO, 2007; ALTHUSSER, 1980; POULANTZAS, 1986, FOUCAULT, 1999) não se encontra em absoluto uma definição unívoca do conceito de Estado, embora, em linhas gerais, este se assente nas condições e nas formas que esse poder é exercido. Há que se diferenciar o poder em duas formas, uma que se exerce sobre as coisas; outra que se exerce sobre as pessoas.

Enquanto relação social, poder é a probabilidade de impor sua própria vontade a outrem, ainda que com toda a resistência deste e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade, isto é, da existência dos recursos necessários à legitimação desse poder. Tais recursos, por sua vez, podem variar em função da natureza e de suas características constitutivas, como o poder político, poder econômico, poder ideológico entre outros de menor significado para a discussão ora apresentada (BOBBIO, 2007).

Embora o Estado seja chamado para garantir a soberania sobre um território mediante o monopólio coativo da força física; a administração se ocupa de porções do território nacional, como as cidades, estados, províncias, regiões administrativas e metropolitanas e distritos.

Essa perspectiva de uso do poder, inúmeras vezes, não se coaduna com a explícita necessidade de viabilizar o direito da população ao acesso às políticas sociais, cujas necessidades se expressam nos territórios vividos (SANTOS, 2006; KOGA, 2011). Ou seja, a lógica que permeia a atuação do Estado é o da espacialização dos poderes e das ações e, por extensão, de sua responsabilidade. Entes estatais, definidos e

organizados mediante uma legislação específica, responsabilizam-se e são responsabilizados perante a sociedade por conduzir tais processos.

A lógica territorial dos usuários e beneficiários dos serviços e das políticas públicas e sociais não ocupam necessariamente, territórios coincidentes com as regiões administrativas do Estado nas diversas políticas. Exatamente porque a vida das pessoas está organizada no espaço de maneira diversa, tem-se desde situações dos sem-território, como a dos moradores em situação de rua, sem endereço fixo ou sem endereço algum; até situações envolvendo refugiados, migrantes ou os que se inserem em regiões territoriais distintas no que tange ao espaço de moradia, de exercício do trabalho, de educação ou de acesso à saúde.

Afirma Pereira (2011) citando Gough⁵, que o campo da política social é contraditório e marcado pelo “‘conflito contínuo e endêmico’ (GOUGH, 1982, p. 269), no qual os conceitos e as teorias jogam papel fundamental, pois são eles que informam opções políticas” (*ibid.*, p. 203).

No Estado as relações assimétricas de poder supõem a existência de governantes e governados, fundadas na dominação, sim, mas organizadas sob os princípios da legitimidade e da responsabilidade. Três são os elementos constitutivos do Estado: a) um conjunto de indivíduos – povo ou população – sobre os quais se exerce alguma forma de poder; b) o território, base física e geográfica do Estado Soberano; c) e o poder, propriamente dito, “originário do elemento humano e capaz de organizar política e juridicamente o Estado” (FIUZA; COSTA, 2007, p. 35). Nesta última definição se explicitam as dimensões **sociológica**, **política** e **jurídica** da ação do Estado.

Bobbio afirma que a **dimensão sociológica do Estado** presente na ideia de Nação, confere legitimidade ao Estado, às suas ações e objetivos. (BOBBIO, 2007, p. 93). Já a **dimensão política do Estado** requer, para sua compreensão, que sejam buscados os fundamentos, as justificativas e a identificação dos interesses envolvidos na tomada das decisões. Decisões estas que interferem na definição dos objetivos coletivos, no destino das populações concernidas e, especialmente, dos grupos mais vulneráveis. A escassez de recursos, a falta de projetos ou a não identificação de demandas impede que muitas das expressões da “questão social” sejam sequer examinadas. Daí a importância

⁵ A autora refere-se aqui à análise de GOUGH, I., **Economía Política del Estado del Bienestar**, 1982. Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p. 185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

da participação popular na formulação e no acompanhamento das políticas públicas e sociais, para que as conquistas mais representativas se materializem sob a forma de leis.

A **dimensão jurídica do Estado** concentra-se em seu ordenamento legal. Os meios institucionais do Estado, sob o risco de gerar profundas clivagens na estrutura social, devem criar mecanismos para que as demandas populares sejam ouvidas e consideradas na elaboração de seus respectivos planos de ação e de sua fundamentação jurídico-legal. A legitimidade das ações do Estado é, dessa forma, conquistada e garantida pelo princípio democrático da participação da sociedade na definição de suas prioridades e fins coletivos. Por sua vez, o princípio da legalidade é o que garante a relação entre Estado e Sociedade, à medida que a Administração Pública está, em princípio, obrigada a cumprir o que determina a lei (LIMA JÚNIOR; NETO, 2010).

É na relação Estado-Sociedade, segundo Di Giovanni, que as políticas públicas se caracterizam como “intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes” notadamente aquelas definidas no âmbito das políticas sociais, ou seja, do “conjunto das políticas públicas, voltadas para o campo da proteção social” (DI GIOVANNI, 2008), sugerindo, portanto, um amplo conjunto de temas para o debate e de possibilidades de intervenção para o Serviço Social.

[...] chamo de sistema de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio ou as privações. Incluo nesse conceito também tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo ainda, os princípios reguladores e as normas que, com o intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (DI GIOVANNI, 1998, p. 10).

A necessidade de fazer emergir os interesses das populações alijadas do processo de tomada de decisão sobre direitos sociais e direitos de cidadania levou o Serviço Social a incluir como princípios valorativos fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (1993) a importância da participação da população no processo de ampliação da cidadania e na definição dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Em consonância com o valor da participação da população na condução das políticas e do direito, o projeto ético político do Serviço Social, estabeleceu como

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

terceiro princípio valorativo fundamental do Código de Ética (1993) a importância da “ampliação e [da] consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” e como quinto princípio explicitou a necessidade de um “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 2012, p. 23).

A complexidade das dimensões presentes na vida social, os antagonismos e necessidade de tecer estratégias para uma intervenção pertinente, bem como de fortalecer as políticas sociais no território, exigem uma especial atenção à dinâmica do processo de formação *do* e *no* Serviço Social. Uma vez que, o processo de reconhecer na realidade social, as expressões dessas múltiplas formas de vulnerabilidade e de risco social presentes na questão social na contemporaneidade, requer que o estudante, empreenda uma gradual aproximação da realidade concreta, mediada por categorias analíticas conceituais, em presença da observação direta da realidade, sempre tensionado a buscar a criticidade da análise, numa leitura teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa consistente.

CAMPO DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO

IAMAMOTO (2012), ao analisar as relações que se tecem na sociedade, afirma que essas “não são diretas [nem] transparentes, não se revelando de imediato” (*ibid.*, p. 195). O mesmo se passa com as atividades tecidas no âmbito do Serviço Social, uma vez que, pela simples observação não se é possível apreender as escolhas, as categorias de análise, nem os saberes que as movem. Nada no exercício do trabalho do assistente social é evidente.

A inscrição de um direito no texto da lei, por exemplo, não assegura ao usuário de imediato o seu usufruto. O acesso ao direito pressupõe mobilização, ou seja, necessita para sua efetivação que o “sujeito” reivindique, direta ou indiretamente, o que a lei em princípio lhe assegura. Na realidade social, todavia, os usuários cujas histórias de vida são profundamente marcadas pela vulnerabilidade social, de modo acentuado, tendem a desconhecer seu estatuto de direito. Quando não, a própria orientação deste

usuário requer que *quem* a realize seja capaz de instruí-lo sobre direitos passíveis de serem pleiteados (JOAZEIRO, 2012). Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito à dificuldade da análise e apreensão de: a) como, sincronicamente, aspectos da vulnerabilidade social configuram-se no território; e b) como, ao longo do tempo, tais aspectos se deslocam ou variam territorialmente.

Ferreira *et al* (2012) ao analisarem o georreferenciamento de dados oficiais de nascidos vivos e de mortalidade infantil em 234 bairros da cidade de São Carlos, São Paulo, verificaram que os contextos de vulnerabilidade social presentes na gestação de adolescentes, tais como, os poucos anos de estudo, as várias gestações, o fato de viverem ou estarem sem o companheiro durante o período da gravidez e logo após o nascimento dos filhos e, ainda, o fato de permanecerem sem ocupação ou em ocupações que exigem apenas o nível fundamental (Figura 1) são territorialmente coincidentes com os fatores e determinantes sociais intervenientes nos indicadores de mortalidade infantil, tais como, o baixo peso ao nascer e as doenças evitáveis (Figura 2).

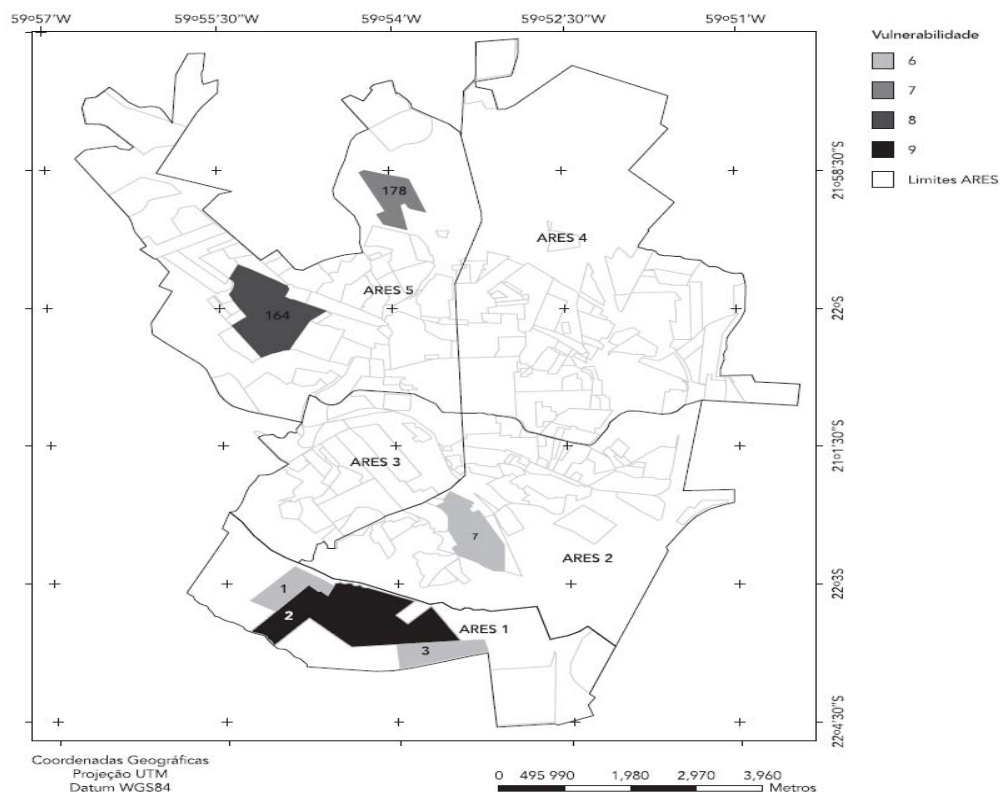


Figura 1 - Distribuição espacial da gestação na adolescência em Bairros e Regionais de Saúde da Cidade de São Carlos⁶ (FERREIRA *et al*, 2012, p. 319).

⁶ Disponível em <http://www.scielo.br/img/revistas/csp/v28n2/10f02.jpg>.
 Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

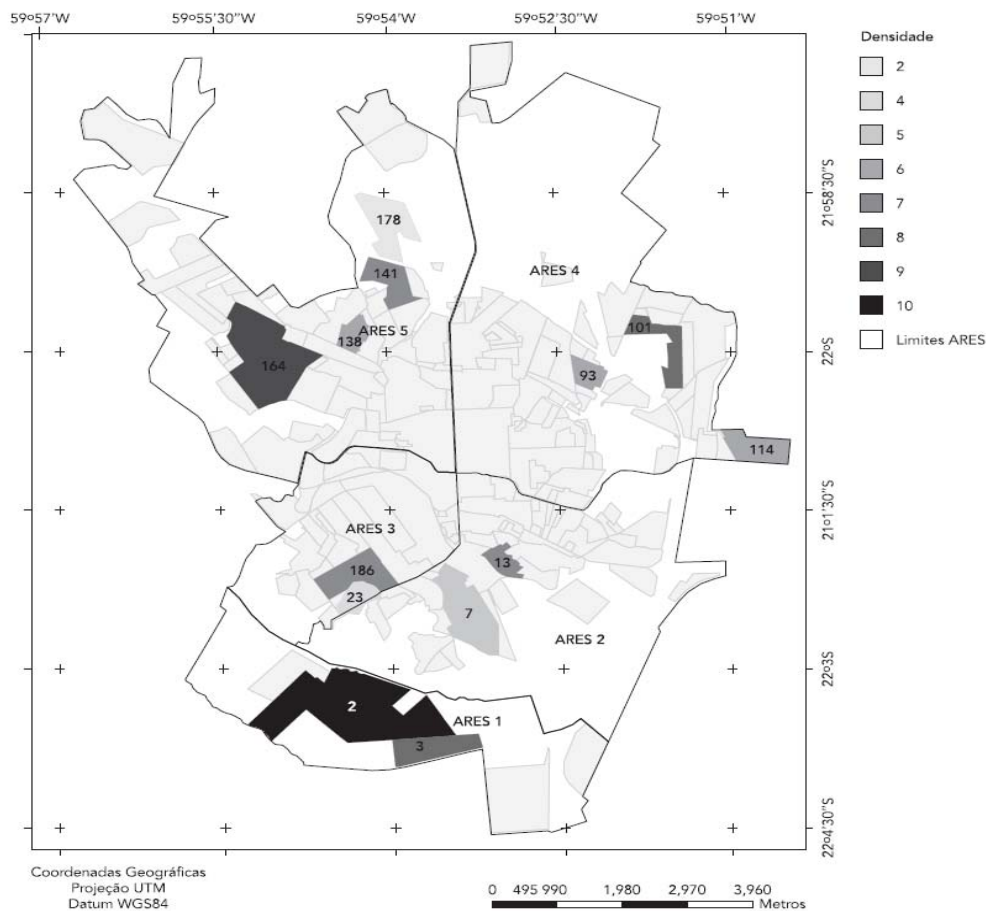


Figura 2 - Distribuição espacial das morbimortalidade infantil em Bairros e Regionais de Saúde da Cidade de São Carlos⁷ (FERREIRA et al, 2012, p. 320).

Ferreira *et al* (2012), diante dos resultados da análise e tomando como referência o âmbito as políticas sociais e, particularmente a política pública de saúde, assinalam que:

[...] é fundamental que as políticas sociais atentem para as necessidades e as demandas específicas em saúde reprodutiva dessa população, na construção de estratégias que atuem para a redução da vulnerabilidade ocasionada por situações em que as variáveis de garantia dos direitos e de inserção social podem ser desfavoráveis para a qualidade de vida dessa população (*ibid.*, p. 322).

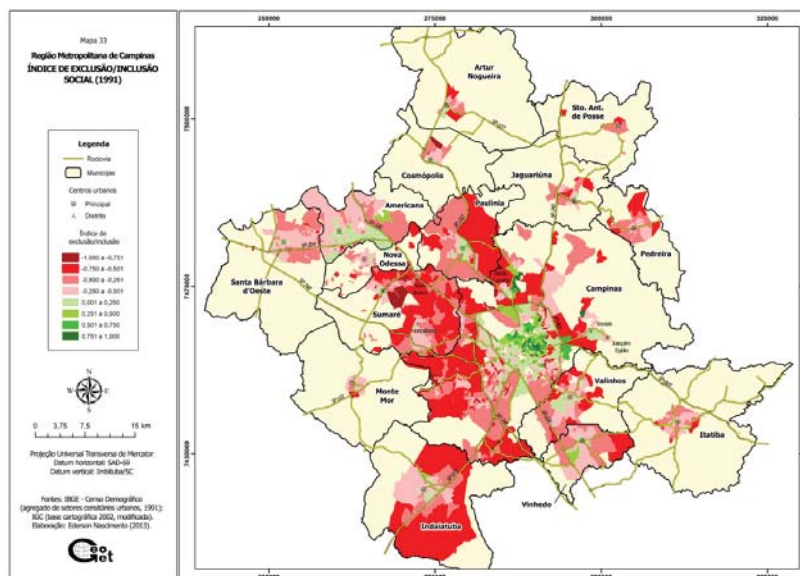
Nascimento (2013), em seu estudo analisou as desigualdades socioespaciais urbanas na Região Metropolitana de Campinas, São Paulo, a partir de indicadores de exclusão/inclusão social que incluem as dimensões de autonomia de renda,

⁷ Disponível em <http://www.scielo.br/img/revistas/csp/v28n2/10f03.jpg>
 Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p. 185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

desenvolvimento humano, equidade e qualidade domiciliar constatando a dinâmica territorial no processo. O estudo concluiu que, sobretudo na cidade Campinas, a estrutura socioespacial desigual urbana é “marcada por grandes diferenciais de condições de vida [...] e pela segregação das populações em arranjos espaciais setorizados, configurados em escalas regional e intraurbanas” (*ibid.*, p. xiii).

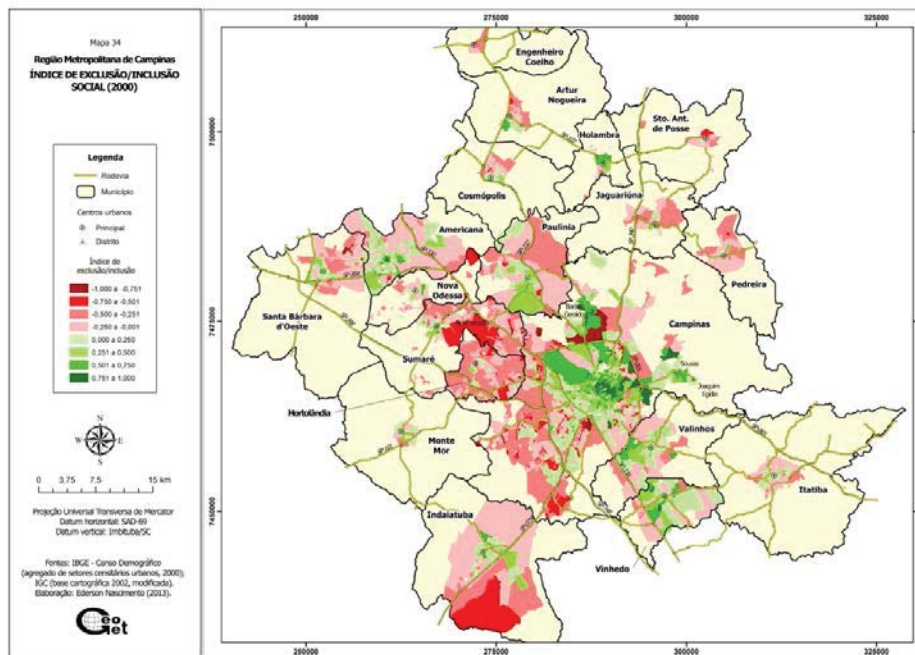
Os mapas da distribuição espacial das desigualdades sociais produzidos por Nascimento (2013) utilizando as bases de dados dos censos, respectivamente, de 1991 (Figura 3), de 2000 (Figura 4) e de 2010 (Figura 5), revelam que apesar das

[...] diferenças entre as condições de vida na escala da região terem diminuído nas últimas duas décadas em alguns quesitos – como, por exemplo, em relação aos níveis de instrução dos indivíduos e à (quase) universalização de serviços de infraestrutura básica como a disponibilização de água potável, luz elétrica e coleta de resíduos sólidos – as disparidades e hierarquias sociais continuam implicando em espaços também desiguais e hierarquizados, sendo que as camadas mais fortemente beneficiadas pela inclusão em relação às fontes de renda e ao desenvolvimento humano (este último elemento, um ativo necessário para a própria inclusão por renda) são, em geral, as que se apropriam dos espaços melhor localizados e mais bem infraestruturados. Daí advém a segregação (poder-se-ia dizer, as segregações) que cada vez mais divide os segmentos sociais no espaço urbano-metropolitano e tendencialmente o setoriza segundo as hierarquias sociais (NASCIMENTO, 2013, p. 229-230)



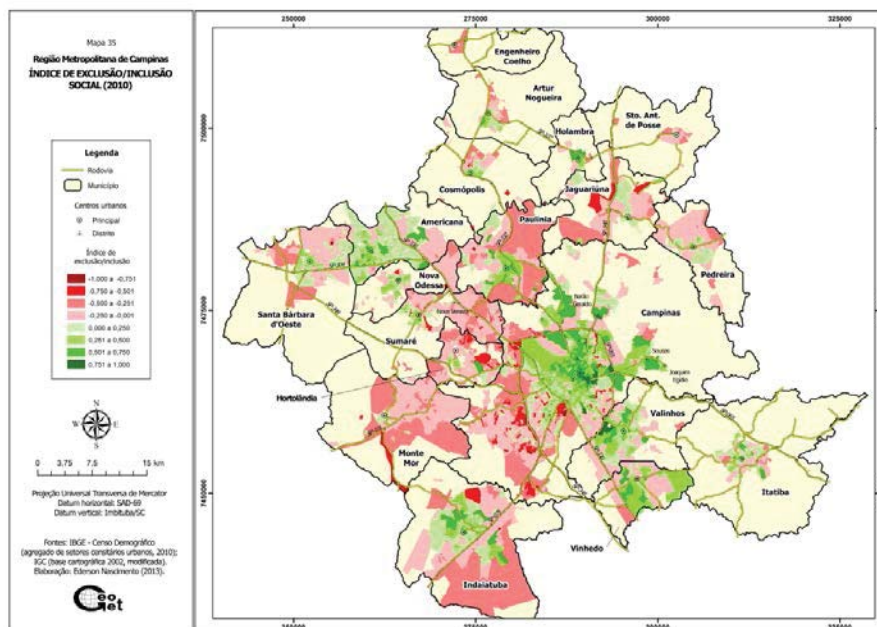
Fonte: NASCIMENTO, 2013, p. 219

Figura 3 - Região Metropolitana de Campinas: espacialização dos indicadores de exclusão/inclusão social para o ano de 1991



Fonte: NASCIMENTO, 2013, p. 221.

figura 4 - Região Metropolitana de Campinas: espacialização dos indicadores de exclusão/inclusão social para o ano de 2000.



Fonte: NASCIMENTO, 2013, p. 223

Figura 5 - Região Metropolitana de Campinas: espacialização dos indicadores de exclusão/inclusão social para o ano de 2010.

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p. 185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

No território, posto que sua tessitura funda-se em aspectos de natureza econômica, social e política atravessados pela dimensão histórica, estão presentes variabilidades, fragilidades e riscos. Nele se coadunam populações com diversos perfis demográficos e epidemiológicos, que possuem diferentes níveis de acesso à riqueza, aos recursos e aos direitos para atendimento de suas necessidades. Desse modo, é indispensável destacar que o estudante de Serviço Social, em processo de formação, deverá gradualmente tornar-se capaz de intervir nessa realidade social complexa e multifacetada, fazendo uso de categorias analíticas pertinentes e indispensáveis para uma aproximação da atividade real de trabalho no campo de estágio, posto que, nesse espaço, é requerido buscar apreender a dinâmica de inclusão e de exclusão do direito, bem como aprender a intervir em presença de múltiplas necessidades e da contínua situação de escassez de suportes socioassistenciais.

O processo de ensino do trabalho do assistente social no campo de estágio e na Universidade pressupõe, portanto, a necessidade de propiciar condição de acesso ao *corpus* de saberes da profissão e das políticas sociais com vistas a propiciar uma gradual ampliação da capacidade de decifração da realidade social e de ampliação da capacidade de intervenção em diversos espaços sócio-ocupacionais que lhe permita contribuir para que nessa “travessia” o estudante estagiário transite por saberes conceituais e interventivos que requerem uma “estreita” ligação entre uma concepção de mundo, de sociedade, de política, que não pode prescindir de se indagar “[...] *como reconhecer, como saber ler os indícios, quais são as pistas que você não pode perder de vista?*” (JOAZEIRO, 2012, p. 74).

Nesse encontro com a realidade, é demandado “decifrar” não somente através das palavras ditas pelo usuário, mas também na relação entre o dito e o não dito. No ato de olhar e de escutar se intenta compreender o movimento do “sujeito” nessa travessia e busca esmiuçar os nexos e os diversos sentidos do que apreende e do que lhe é narrado pelo usuário. O protagonista da atividade não pode, contudo, se satisfazer apenas com a narrativa. É necessário correlacionar aspectos históricos, a trajetória do direito, bem como as alternativas de acesso ao direito ou de interdição ao usufruto.

O estudante, ao adentrar o espaço do campo de estágio, precisará ser capaz de tecer um diálogo pertinente com o *corpus* de conhecimento da profissão (BRASIL, 2002), ao mesmo tempo em que correlacionará estes saberes com as características socio-regionais particulares de cada território e precisará relacionar as “*sínteses* Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

provisórias de sua análise” com as múltiplas expressões da “questão social” e as políticas sociais em vigor. E, precisará estar atento, às formas de manifestação de âmbito local e regional, para obter uma visão mais conjuntural dos desafios para o enfrentamento das vulnerabilidades e dos riscos sociais (BRASIL-PNAS, 2004, p. 38).

Vale observar que, na perspectiva de análise aqui adotada, os “riscos e vulnerabilidades não decorrem de responsabilidade individual, mas de um conjunto de desigualdades estruturais, socioeconômicas e políticas e da ausência de proteção social” (UNESCO/ MDS/ INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES, 2007, p. 4). Razão pela qual se enfatiza a validade teórica, metodológica e analítica do conceito de território de Santos (2006), “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”; lugar em que “a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (*ibid.*, p. 13). Nesta perspectiva, a compreensão de sua potência e de suas fragilidades requer “uma análise territorial para além da cartografia” que permita compreendê-lo enquanto espaço e enquanto relações no espaço (KOGA, 2011, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se o território como objeto de análise, o espaço da formação (Universidade) e o espaço de atuação (Campo de Estágio) não se dissociam e nem podem dissociar-se. Ao longo do processo formativo do assistente social existe uma relação de interpenetração, de complementação e de interdependência recíproca que se dá de forma inequívoca entre esses espaços.

A extraterritorialidade acadêmica é característica marcante do processo formativo e sempre esteve presente na história do Serviço Social. Joazeiro (2002; 2008) assinala que a ação de formar não se restringe simplesmente ao **lugar onde** se realiza o estágio e, sim, no entrelaçamento e na articulação dos saberes que se originam tanto no âmbito da formação universitária, quanto dos que emergem **do** e **no** próprio campo de estágio. Separar ou deixar de reconhecer os registros desses dois espaços de formação do estudante estagiário seria colocá-lo sob “duas lógicas paralelas, **entre** a do trabalho e a da formação” (SCHWARTZ, 2005, p. 238; JOAZEIRO, 2002; JOAZEIRO, 2008)

distanciando-o da realidade concreta dos territórios e dos espaços sócio ocupacionais nos quais a profissão se insere.

Essa dupla inserção, por sua vez, pressupõe e exige um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, uma gradual e sólida aproximação do estudante com o mundo do trabalho, bem como o acesso concomitante ao conhecimento do *corpus* de saber da profissão e das políticas sociais em vigor, dimensões indispensáveis ao exercício profissional *do* e *no* Serviço Social. Remete, portando, a importância das mediações.

As dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, inerentes à atividade do assistente social, possibilitam a construção de mediações teórico-críticas sobre o exercício do trabalho profissional (ASSIS; ROSADO, 2012). Mediações que, segundo Martinelli (1993), são “categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional”, dada pelo “conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias” que, na ação profissional, permitem a “passagem da teoria para a prática” (*ibid.*, p, 36). Prática que só se realiza inteiramente quando se consegue apreender a historicidade, a contradição e a totalidade dos processos sociais que conformam a realidade das organizações campos de estágio e das políticas sociais nas quais se inserem.

No processo educativo, por sua vez, dá-se o aprofundamento conceitual do *corpus* de saber da profissão, das políticas sociais e da sociedade na qual se vive. Essa interlocução teórico-crítica associada a uma dimensão técnico operativa precisa propiciar ao estudante condição para a apreensão das categorias presentes na realidade concreta, fortalecidas pela capacidade que advém da análise de sua inserção na instituição campo de estágio, que se constitui num elemento imprescindível para o **diálogo com a realidade**. A atividade de estágio, dando-se sob a supervisão direta do assistente social supervisor de campo, ao mesmo tempo, que se efetiva na universidade sob a orientação da supervisão acadêmica, busca propiciar condição para a emergência de uma leitura da realidade ancorada nos pressupostos do projeto ético político da profissão e pertinente do ponto de vista da realidade histórico-social local, regional e nacional.

Essa dupla inserção, na universidade e no campo de estágio, permite identificar como se dá a atuação das forças sociais presentes em situações específicas de estágio, as condições imediatas do exercício profissional e os desafios colocados para a prática Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 12, n. 2 (16), p.185-210, jul./dez. 2013 ISSN 1676-6806

profissional em cada espaço sócio ocupacional do Serviço Social, em cada território observado, narrado e vivido.

À diversidade de campos de estágio corresponde a diversidade de territórios. Nesta perspectiva há que se destacar a importância de o estágio curricular do curso de Serviço Social inserir-se em territórios de variadas configurações, tais como, organizações governamentais, não governamentais, de natureza confessional ou laica, empresariais, hospitalares, universidades, conselhos de direitos, associações de classe, sindicatos, movimentos sociais, dentre outras voltadas para o planejamento, a gestão e a execução de políticas sociais de defesa de direitos, particularmente voltados para a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e de risco social (PNAS, 2004, p. 13). Ou seja, o curso precisa criar condição para inserir os estudantes em espaços sócio ocupacionais diversos, que estejam vinculados à Política de Assistência Social, de Previdência Social, à Política Pública de Saúde e complementar, ao Trabalho, à Habitação, à Educação, incluindo a área socioambiental e a sócio jurídica, tanto no atendimento à criança e ao adolescente, à família, à mulher, à pessoa com deficiência, ao migrante, à pessoa em situação de rua, ao presidiário e semelhantes (IAMAMOTO, 2009, p. 23 et seq.).

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar preferencial no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

A multiplicidade, transitoriedade e a contínua diversificação dos espaços sócio-ocupacionais, historicamente, decorrem e são consequências da diversificação das configurações sócio-históricas, sócio-políticas e sócio-territoriais. As demandas sociais, oriundas das organizações das classes trabalhadoras, de segmentos específicos da sociedade civil, movimentos sociais, entidades de classe e de setores mobilizados da população demandam a implantação de políticas sociais pelo Estado e exige intervenções pertinentes em diversos setores da sociedade, das políticas e do empresariado.

O contínuo processo de reconfiguração da sociedade e a diversidade de áreas, de temas e de organizações sociais onde ocorrem os estágios exigem do estudante de Serviço Social novos conhecimentos, habilidades, competências e mediações específicas, abrindo um leque de possibilidades educacionais. Do campo de estágio, são trazidos dados qualitativos e quantitativos que necessitam ser sistematizados, analisados e compreendidos como expressão da relação recíproca entre espaço de formação e espaço de intervenção, marcando a inequívoca exigência da “indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional” (ABEPSS, 1997, p. 62).

Espera-se que no processo formativo se consolide e se aprofunde o entendimento do significado social da profissão, das suas possibilidades de ação presentes, mas nem sempre visíveis, na realidade social.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, I. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª e. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1980.
- ASSIS, R. L. M. de; ROSADO, I. V. M. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálysis**, v. 15, n. 2, p. 203–211, dez. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 7, p. 58-76, nov. 1997.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BOURDIEU, P. The space of points of view. In.: BOURDIEU, P.; ACCARDO, A.; FERGUSON, P. P. **The weight of the world: social suffering in contemporary society**. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (CNAS). Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS), Brasília, 2004. Versão Oficial. São Paulo: Cortez, 2004. 78 p.

BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, dez. 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CFESS. Resolução nº 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília, DF: CFESS, 2012. 60 p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPÍ, M. V. El territorio desde la perspectiva ecológica. **Boletín CF+ S**, n. 42/43, 2010.

FARIA, R. M. A Atenção Primária, o território e as redes de atenção: intercambiamentos necessários para a integração das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais. **Hygeia**: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. (Uberlândia), v. 10, p. 8-23, 2014

FERREIRA, R. A. *et al.* Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 313–323, fev. 2012.

FIUZA, R. A. M.; COSTA, M. A. M. F. E. **Aulas de teoria do Estado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 14.^a e. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, A. **A Constituição da sociedade**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2009.

GOUGH, I. Economía política del Estado del Bienestar. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

GOULART, S. *et al.* Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cadernos EBAP.BR**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 388-403, Sept. 2010.

GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica (Community development and Social Service: between compliance and criticism). **Emancipação**, v. 12, n. 1, p. 131–141, 2012.

IAMAMOTO, M. V. Repensando o ensino da prática. In: IAMAMOTO, M. V.

Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 193-216

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea, In: CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a, v. 1, p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais Brasília: 2009b**, p. 341-376.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JOAZEIRO, E.M.G. **Estágio Supervisionado: Experiência e conhecimento**. Santo André, SP: ESETec, 2002.

JOAZEIRO, E.M.G. **Supervisão de Estágio: Formação, Saberes, Temporalidades**. Santo André, SP: ESETec, 2008.

JOAZEIRO, E.M.G. **Supervisão de estágio acadêmica e de campo no Serviço Social: interpenetração e [in]dissociabilidade de saberes e de temporalidades da e na formação**. São Paulo, SP. 2012. Relatório Final de Pesquisa de Pós-Doutorado em Serviço Social. Programas de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. PUC São Paulo.

KOGA, D.; ALVES, V. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Serviço Social & Saúde**. UNICAMP, Campinas, v. IX, n. 9, p. 69-82, jul. 2010.

KOGA, D. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez Ed. 2ª Ed., 2011.

LIMA JÚNIOR, F. DAS C. A.; NETO, S. N. O princípio da legalidade em face dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da boa-fé. **Direito e Liberdade**, v. 2, n. 1, p. 133–144. 2010.

MARTINELLI, M. L. Serviço Social em Hospital-Escola: um espaço diferenciado de ação profissional. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1-12, abr. 2002.

- MARTINELLI, M. L. O Serviço Social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Serviço Social & Saúde**, ano X, n. 12, p. 1–17, jul./dez. 2011.
- MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: *O Capital: O processo de produção do capital*, 20. ed. Rio de Janeiro: 2002, Livro I, volume 1, Cap. V, p. 209–31.
- MERHY, E. E. Perspectivas atuais do SUS e o agir tecnológico do trabalhador como um ato ético político. **Serviço Social & Saúde**, ano III, n. 3, p. 1-12, mai. 2004.
- NASCIMENTO, E. As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social. 2013. 243 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão Social”. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, Brasília, ano II, n. 3, p. 41–9, jan./jun. 2001.
- PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002
- PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- POSSAS, M. C. **Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- POULANTZAS, N. **Poder político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al.* **Território e territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 2ª edição, pp. 13-21.
- SCHWARTZ, Y. Transmissão e Ensino: do mecânico ao pedagógico. *Pro-Posições*, v. 16, n. 3 (48), p. 229–44, set./dez. 2005.
- SILVA, S. L. DA. Identidade e Complexidade: uma sociologia para os elementos emergentes da sociedade atual. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 1, n. 9, p. 1–14, 2000.

SOUZA, H. J. **Com se faz análise de conjuntura**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TREDE, M. Introduction. In: *Kairós L'à-propos et l'occasion: (le mot et la notion, d'Homère à la fin du IV^e Siècle avant J.C)*. Paris: Éditions Klincksieck: 1992, p. 15–21. (Études et Commentaires, 103)

UNESCO/ MDS/ Instituto Florestan Fernandes. **Matriz Conceitual que embasa a classificação, tipificação e descrição dos serviços socioassistenciais**. 2007. *Mimeografado*.

YAZBEK, M.C.O Significado social da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-139.